

EXMO. SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DA MM. 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO GRANDE – RS.

PROCESSO Nº 104.0011190-7

FALÊNCIA DE

SALUS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

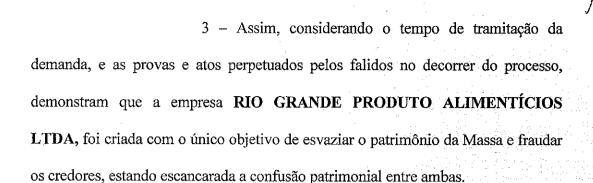
O SÍNDICO DA MASSA FALIDA DE SALUS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., a fim de dizer e requerer o que segue:

1 – Primeiramente, postula pelo julgamento dos Embargos em apenso, eis que imprescindível para o bom andamento do processo falimentar.

2 – Em relação à intimação do locatário **JORGE DAILOR FEIJÓ FERREIRA**, é cristalina a má-fé e o conluio existente entre o mesmo e os falidos para fraudar os credores da Massa, eis que além de não depositar os alugueis como determinado pelo Juízo, sequer compareceu nos autos para justificar suas alegações.







4 – Com uma simples análise dos contratos sociais de ambas as empresas, contata-se que a empresa RIO GRANDE PRODUTO ALIMENTÍCIOS LTDA, possui como sócio majoritário o Sr. NILTON DA SILVA LAURIA, o qual é pai de dois dos três sócios falidos, Srs. ADRIANO PAGANINI LAURIA e DANIEL PAGANINI LAURIA, que também fazem parte do quadro social da mencionada empresa.

5 — Ora excelência, a empresa RIO GRANDE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, foi criada com sócios da mesma família, com o mesmo objeto social, e pasmem, mantinha sua atividade comercial no mesmo parque fabril, o que tona cristalina a confusão patrimonial entre as empresas.

6 – Não bastasse tais evidências, o documento de fl.186 é uma verdadeira confissão as armações ocorridas, uma vez que em Relatório emitido pela fiscalização do Ministério Público do Trabalho e Emprego, a empresa estabelecida no local, qual seja, JORGE DAILOR FEIJÓ FERREIRA, informou que "...que a salus seria o locador do prédio e instalações, não tendo nenhum outro tipo de vínculo, que seja trabalhista, previdenciário ou fiscal com o atual detentos daquele estabelecimento".

CIADOS USAP

7 – A jurisprudência mostra-se dominante no sentido de ser declarada a extensão dos efeitos da quebra para empresa do mesmo grupo econômico, garantindo, assim, o pagamento de todos os credores da Massa de forma equânime, conforme ementa a seguir transcrita:

APELAÇÃO CÍVEL. FALÊNCIA. EMBARGOS DE TERCEIRO. Empresa embargante que tem seus bens arrecadados juntamente com os da falida. Empresas que funcionam em pavilhões contíguos e possuem praticamente os mesmos sócios, da mesma família. Objetos sociais da embargante e da falida são similares. Evidências de empresas de mesmo grupo econômico. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70011906922, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 18/05/2006)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. SEGREDO DE JUSTIÇA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALENCIA. SÍNDICO REQUERENTE. **CONFUSÃO** SUCESSÃO DE EMPRESA. TRANSFERÊNCIA DE BENS ENTRE ESTAS. GRUPO ECONÔMICO. **ARTIGO** ARROLAMENTO 855 DOPRESENTES OS PRESSUPOSTOS. DECISÃO MANTIDA. A petição da ação cuja decisão é hostilizada traz prova documental suficiente no sentido de que havia realmente uma confusão e sucessão de empresas unicamente para desviar bens. Nesta, o Sr. Síndico aponta os imóveis que foram transferidos entre as empresas e os valores irrisórios e simbólicos das integralizações decapital social fartamente comprovados nos autos. Fundamento principal de que todas as empresas nominadas constituem, na realidade, um mesmo grupo econômico, explorando a mesma atividade principal, apresentando, basicamente, os mesmos sócios e os mesmos diretores. Presentes os pressupostos necessários para a concessão arrolamento. Artigo 855 do CPC, que trata do instituto em questão, diz ser o mesmo cabível sempre que houver



fundado receio de extravio ou dissipação dos bens. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravo de Instrumento Nº 70014120810, Sexta Câmara Civel, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 21/12/2006)

8 - Ademais, tendo em vista se tratar de empresa do mesmo grupo econômico, com atividade idêntica e confusão patrimonial aparente, a extensão dos efeitos da falência permitirá a realização do ativo de forma única, assim como do pagamento dos credores, evitando que alguns credores fiquem descobertos por pertencer à empresa do grupo sem patrimônio suficiente para suprir ao pagamento de seu crédito.

9 – Assim, a extensão dos efeitos da quebra para a empresa RIO GRANDE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, é medida que se impõe, permitindo a arrecadação e alienação de todo o ativo de forma conjunta, em um único juízo universal, possibilitando o pagamento dos credores de forma proporcional.

narrados e as provas constantes nos autos e nos Embargos de Terceiros em apenso, requer se digne Vossa Excelência, **deferir o pedido de extensão dos efeitos da falência** para a empresa **RIO GRANDE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 94.858.875/0001-72, determinando que se arrecadem os bens pertencentes à empresa, bem como torne indisponíveis os bens pertencentes aos sócios - falidos, tendo em vista a responsabilidade dos mesmos pela fraude perpetuada.

ngga

TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIEMNTO.

RIO GRANDE, 09 DE MARÇO DE 2010.

LAURENCE BICA MEDEIROS

SÍNDICO